



Tarcísio e Flávio se reuniram em Brasília nesta terça-feira(6)

Reeleito, Tarcísio amplia articulação por Flávio no 2º turno

O governador reeleito de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), ampliou nesta terça-feira (6) sua participação na campanha de Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno presidencial. Após se reunir com o candidato em Brasília para discutir a estratégia da campanha, Tarcísio articulou um encontro entre Flávio e o presidente do Republicanos, Marcos Pereira, para encaminhar o apoio da legenda. O governador também iniciou conversas com União Brasil, PP e Podemos em busca de adesões. Na sequência, Tarcísio viajou com Flávio para Goiânia, onde participa do ato em que Ronaldo Caiado (PSD), derrotado no primeiro turno, declara apoio ao candidato do PL. A agenda prevê ainda encontros com governadores eleitos e prefeitos da Região Metropolitana de São Paulo. O movimento ocorre dois dias após Tarcísio conquistar a reeleição ao governo paulista no primeiro turno.

Estrada de Ferro de Campos do Jordão à CPTM

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) aprovou nesta terça(6) o projeto de lei que autoriza a transferência para a CPTM dos bens estaduais administrados pela Estrada de Ferro Campos do Jordão (EFCJ). A proposta abrange a propriedade, os direitos reais e possessórios dos ativos da ferrovia. O texto, de autoria do Executivo estadual, é o Projeto de Lei 1.287/2025 e segue agora para sanção do governador Tarcísio de Freitas. A medida busca integrar a gestão da ferrovia à estrutura da companhia paulista.



Proposta aprovada abrange a propriedade e os direitos da ferrovia

Esquerda nunca governou SP pelo voto

Desde a retomada das eleições diretas para governador, em 1982, São Paulo nunca elegeu um candidato de partido tradicionalmente identificado com a esquerda. O período começou com três vitórias do PMDB: Franco Montoro, Orestes Quércia e Luiz Antônio Fleury Filho. Em 1994, Mário Covas iniciou uma sequência de sete vitórias do PSDB, encerrada em 2022, com a eleição de Tarcísio de Freitas (Republicanos). Segundo o cientista político Henrique Curi, a organização partidária nos municípios foi um dos fatores para a longevidade tucana no estado.

Câmara debate concorrência no gás

O deputado federal Arnaldo Jardim (Cidadania-SP) pediu audiência pública na Comissão de Minas e Energia da Câmara para discutir o PL 5.802/2025, que prevê medidas para ampliar a concorrência no mercado de gás natural. Relator da proposta, Jardim quer debater a concentração da oferta e o programa Gás Release. O requerimento sugere ouvir representantes do governo, ANP, Petrobras, CNI e setor industrial.

Renovação na Alesp

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) terá renovação de 41,5% na próxima legislatura. Dos 94 deputados estaduais que ocupam atualmente cadeiras na Casa, 55 conseguiram a reeleição. Outros 39 parlamentares eleitos vão assumir mandatos a partir de 2027. A nova composição foi definida após a apuração dos votos em todo o estado.

Tio de Guilherme Boulos

Carlos Boulos, tio de Guilherme Boulos (PSOL), morreu aos 80 anos após ser atropelado durante uma discussão de trânsito na Avenida 23 de Maio, em São Paulo. Ele estava internado desde sábado (3). Segundo a polícia, o motorista se apresentou e foi indiciado por homicídio doloso. O caso é investigado pelo 5º DP, na Aclimação.

Obras no BRT do ABC

O governo de São Paulo abriu processo que pode levar ao rompimento do contrato com a Next Mobilidade por atrasos nas obras do BRT do ABC. A Artesp aponta que a concessionária descumpriu o prazo de novembro de 2024 e não demonstrou condições de concluir o projeto até o fim de outubro. A empresa terá direito a apresentar defesa.

Uso de redes sociais

A deputada federal por SP, Tabata Amaral (PSB) apresentou projeto de lei que amplia a proteção de crianças e adolescentes nas redes sociais. A proposta proíbe contas próprias para menores de 13 anos e prevê supervisão dos responsáveis até os 15. Para jovens de 13 e 14 anos, limita a uma hora diária o uso de recursos de interação social e entretenimento.

Sindicato dos jornalistas

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo (SJSP) convocou a categoria para uma assembleia virtual nesta quinta-feira (8), às 19h30. O encontro discutirá as ações da entidade no segundo turno da eleição presidencial. Na convocação, o sindicato cita episódios de violência contra jornalistas e ameaças à liberdade de imprensa.

DDM em São Vicente

O Governo de São Paulo autorizou o uso gratuito, por 30 anos, de um imóvel da Prefeitura de São Vicente para instalar a Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) do município. O espaço fica no Largo Professor Clemente Ferreira, na Vila Cascatinha. A cessão será formalizada pela Secretaria da Segurança Pública e poderá ser prorrogada.



Enel-SP disse que caducidade pode prejudicar a prestação do serviço

Aneel adia decisão sobre fim da concessão da Enel em SP

Pedido de vista suspende julgamento após relatora recomendar rompimento

Da **Redação**

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adiou nesta terça-feira (6), pela segunda vez, a decisão sobre a possível perda da concessão da Enel São Paulo. O julgamento foi interrompido após pedido de vista do diretor Gentil Nogueira, que solicitou mais tempo para analisar o processo. Antes da suspensão, a relatora, Agnes da Costa, votou pela recomendação de caducidade, que significa o encerramento antecipado do contrato da distribuidora.

A diretora Ludmila Lima acompanhou o voto da relatora. Com o pedido de vista, porém, a análise pelo colegiado ficará para uma nova reunião. Caso a maioria da diretoria aprove a caducidade, a recomendação será encaminhada ao Ministério de Minas e Energia, responsável pela decisão final sobre a concessão, atualmente prevista para terminar em 2028.

O processo foi aberto após sucessivos problemas no fornecimento de energia na Região Metropolitana. A fiscalização da Aneel analisou a atuação da concessionária durante eventos climáticos extremos entre 2023 e 2025 e concluiu que houve falhas na preparação, na resposta operacional e na recomposição do sistema. Em dezembro de 2025, milhões de unidades con-

sumidoras ficaram sem energia por vários dias.

Ao apresentar o voto, Agnes afirmou que “as medidas regulatórias adotadas anteriormente não foram suficientes para corrigir de forma definitiva os problemas identificados”. A relatora também considerou que, “mesmo diante de eventos climáticos extraordinários, a concessionária tem obrigação de adotar medidas para reduzir os impactos sobre os consumidores”.

A Enel contesta as conclusões e afirma que apresentou avanços operacionais, questiona os critérios utilizados pela fiscalização e sustenta que a dimensão dos eventos climáticos precisa ser considerada na avaliação do desempenho. A distribuidora também pediu o arquivamento do processo e argumentou que o prosseguimento da caducidade pode prejudicar a prestação do serviço.

Em agosto, a Aneel rejeitou pedido da companhia para realização de perícia técnica independente. No fim de setembro, a agência também negou recurso contra essa decisão e encerrou a fase de instrução do processo. A eventual caducidade seria uma medida inédita no setor de distribuição de energia elétrica no país. A Enel atende 8,5 milhões de unidades consumidoras na Grande São Paulo.